
UTOPIA, 500 ANOS: um breve ensaio sobre as origens da Sociologia

Rafael Egidio Leal e SILVA¹

Dezembro de 1516. No contexto das grandes navegações, do descobrimento da América e do início da exploração do vasto território que abriu indefinidamente o horizonte do homem europeu, há exatos 500 anos ocorreu o surgimento de uma nova terra, com a pretensão de ter o melhor governo e de ser a terra mais próspera que já se ouvira falar: a Utopia. Assim como a descoberta da América, o surgimento de Utopia também implicou na abertura dos horizontes da humanidade. Esse país de terras prósperas e habitado por um povo maravilhosamente evoluído em termos de ciência, moral e instituições políticas, sem pretensões expansionistas, contudo, estava à espera de quem quisesse aprender a como chegar ao seu nível de civilização. Devido a sua localização inóspita e misteriosa, poucos aventureiros chegaram a conhecer seu povo e sua cultura, e apenas um (que se sabe até hoje) conseguiu relatar claramente suas experiências utopianas. Após a descoberta de Utopia, a humanidade abriu seus horizontes para a possibilidade da criação de mundos diferentes de sua realidade, onde o homem tivesse uma realização plena de si mesmo, ainda que esses mundos tivessem realidade apenas em nossas imaginações.

Assim foi com Utopia. Sua localização, suas instituições maravilhosas, seu povo extremamente evoluído apenas existiam na mente de seu criador, o inglês Thomas More (1478-1535). Publicado no final de 1516 em Lovaina na Bélgica, e escrito entre os anos de 1510 a 1515, a descrição da Utopia está no livro “De Optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia ou Sobre a melhor constituição de uma república e a nova ilha de Utopia” (1993), cujo subtítulo anuncia: “Um livrinho de Ouro, Divertido e não menos Edificante, De Autoria do Ilustríssimo e

¹ Graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Professor de Sociologia do Instituto Federal do Paraná – Campus Umuarama.

Sumamente Eloquentemente THOMAS MORE Cidadão e Xerife da Famosa Cidade de Londres”. Com esta publicação, More não apenas marcou seu nome na filosofia política, mas também inaugurou um gênero filosófico-literário, onde o autor apresenta uma sociedade pretensamente ideal (ou não, como no caso das distopias) como se existisse na realidade. Um estranho silêncio paira acerca do meio milênio do “descobrimento” de **Utopia**. Nossa atual sociedade, que articula a necessidade de comemorar festivamente determinadas datas e realizações, com a excessiva imaginação de como seriam outros mundos e outras realidades, além de contraditoriamente espalhar a crença que, apesar dos pesares, vivemos no melhor dos mundos possíveis, parece não se importar com a edição desse livro e a criação desse gênero tão relevante para a história das ideias políticas.

Importante também lembrarmos que a segunda década do século XVI marcou o pensamento político por conta de outra obra, além da “Utopia” de More: “O príncipe”, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), escrito em 1513 e publicado em 1532. É bem sabido que Maquiavel parte da “verdade efetiva das coisas” para dar conselhos de como o Príncipe (o fundador de Estados) deve se comportar a fim de direcionar os conflitos sociais, entre o povo (que não quer ser dominado) e os grandes ou poderosos (aqueles que querem dominar). No principado (no princípio do Estado) tais relações são intensas e até mesmo violentas, e, por esse motivo, o príncipe não pode ser um exemplo de bondade. Ao contrário, se assim for, garante Maquiavel, será trucidado em pouco tempo. Sua atuação deve se pautar entre a astúcia da raposa e a força e violência do leão, ou melhor, no uso estratégico dessas formas de ação e também na dissimulação: o príncipe deve parecer ser bondoso, honesto, caridoso. Maquiavel escreve seu texto calcado em inúmeros exemplos históricos, o que é ainda mais chocante, não somente para a época, mas ainda hoje. Maquiavel fez uso de um conhecido gênero literário medieval para compor sua obra: o “espelho de príncipe”, que tinha por objetivo ensinar a como se forma um governante justo, bondoso e caridoso, tanto na acepção ética quanto cristã.

Interessante notarmos que More também não foi inovador na criação de sua “Utopia”. Versado em grego e latim, leitor de Aristóteles e Platão, seu modelo de sociedade ideal foi inspirado na “República” (1993) platônica, onde, com a finalidade de definir a Justiça (na alma e na cidade), o filósofo ateniense elaborou uma cidade-modelo para os governantes que buscassem a perfeição política e social, iniciando pelo próprio governo: segundo ele, enquanto os reis não fossem filósofos, nem os filósofos forem reis, não haveria possibilidade de um governo racional nem virtuoso (PLATÃO, 1993, 473 d-e). As teses platônicas foram o subsídio para os tais

“espelhos de príncipe” medievais, juntamente com os ideais da cristandade. Isto colocaria More no polo oposto ao de Maquiavel? Maquiavel seria o realista, enquanto More, um idealista? Maquiavel seria um cientista, enquanto More, um ideólogo?

Acreditamos que a ideia que a Utopia é uma descrição de um pretendo mundo ideal, porém, completamente descolado da realidade vivida, é um grave equívoco, causado principalmente pela falta de leitura desse clássico. Estruturada em dois Livros, aparentemente desarticulados, a estória narra o encontro de Thomas More e Peter Giles (amigo e colega diplomata de More) com o fictício marinheiro português Rafael Hitlodeu e suas fantásticas narrativas. O Livro I consiste no encontro entre os três, onde Rafael tece duras críticas aos Estados de sua época, por conta da miséria que grande parte da população vivia, em especial a Inglaterra, diante de um Thomas More que, resabiado, tenta estabelecer um debate rebatendo as críticas de Rafael. Ao final do livro, desafiado por More, que instou Rafael a apresentar uma sociedade que fosse efetivamente justa e próspera, o Livro II é a narração da maravilhosa ilha de Utopia, onde todos trabalhavam, não havia propriedade privada, mas os bens eram abundantes, permitindo a todos os cidadãos a felicidade.

O interessante é notarmos que o Livro II foi escrito antes do Livro I. Embora seja uma narração fantasiosa, a ilha de Utopia possui alguns detalhes intrigantes, a começar pelo próprio nome, que, todos sabemos, foi criado pelo próprio More, a partir das palavras gregas *ou* (não) e *topos* (lugar), ou seja, lugar de nenhuma parte. Mas não apenas isso, nessa ilha há a presença do rio Anidros (sem água), do príncipe Ademos (sem povo) e sua capital é Amaurota (cidade sem habitantes). O próprio Rafael Hitlodeu, é composto pelo nome do arcanjo que cura os homens da cegueira com *hytlos* – mentira, disparate - e *daien* – distribuir. Outro detalhe é que a Utopia, seguindo a tradição da marinha portuguesa, localiza-se exatamente no território brasileiro, especificamente em Fernando de Noronha, garante Afonso Arinos de Mello Franco (1984, p. 26). No entanto, é uma ilha, assim como a Inglaterra, e possui 54 cidades, correspondente aos 54 departamentos ingleses.

Entre as especulações sobre a articulação entre os Livros da “Utopia” está justamente a necessidade de More deixar claro que sua obra não se trata de uma imaginação idealizada. O Livro I é um acirrado debate sobre a miséria social, especialmente na Inglaterra. Rafael critica duramente a realidade inglesa, onde os albores do processo urbanizador e manufatureiro e a formação da burguesia naquele país deixavam marcas profundas na sociedade: os campos eram transformados em pastagens para as ovelhas que forneciam lã para os tecidos, e os camponeses

eram expulsos de suas terras e deviam migrar para as cidades. Estas viviam um verdadeiro caos, onde os crimes de mendicância, furtos e roubos eram cada vez mais comuns. De acordo com Rafael, a causa desse caos estaria nos carneiros:

Essas plácidas criaturas que antes exigiam tão pouco alimento, mas que agora, aparentemente, desenvolveram um apetite tão feroz que se transformaram em devoradores de homens. Campos, casas, cidades, tudo lhes desce pelas gargantas. (MORE, 1993, p. 26-27).

Claro que o problema não é o carneiro, mas as relações sociais em torno desses animais. More deixa claro, pela boca de Rafael, que o apoio da Coroa inglesa a este processo de expulsão dos camponeses era a causa dos problemas sociais. Se a economia impulsionava a nova situação social, as leis inglesas incentivavam uma nova realidade, muito cruel para as suas vítimas:

Na verdade, é o alto preço dos alimentos que faz com que tantos proprietários de terras demitam os seus empregados, uma atitude que os transforma, inevitavelmente, em mendigos e ladrões. E, diante dessas duas opções, um homem valente vai sempre preferir o roubo à mendicância (MORE, 1993, p. 29-30).

Não há com que se espantar: esse modo de lidar com os ladrões é tão injusto quanto socialmente indesejável. Enquanto punição, é severa demais e, enquanto meio de intimidação, é ineficaz. O pequeno furto não é crime tão grave que mereça a pena de morte, e não há no mundo nenhum castigo que faça as pessoas pararem de roubar quando é esta a única forma de que dispõem para conseguir alimento (MORE, 1993, p. 22-23).

O texto de More é também uma investigação acerca dos problemas sociais, além de um importante documento de denúncia social. Lembremos aqui que mais de 70.000 pessoas foram condenadas a morte por conta dessa situação, entre ladrões e mendigos ingleses. Mais que a denúncia, More foi além: para ele, a causa de tais males estava na propriedade privada, e daí a construção de uma sociedade absolutamente próspera, calcada no trabalho e na abolição completa da propriedade. Claro que a ilha de Utopia não é perfeita: a liberdade é muito limitada (viagens são proibidas, há rodízio forçado de casas, o trabalho agrícola é forçado de tempos em tempos), além de haver uma espécie de “escravidão fraterna” (TOLEDO & SILVA, 2000). No entanto, tal construção ideal só faz sentido a partir da realidade social inglesa.

Desta forma, queremos deixar claro que a “Utopia” (1993) deveria ser um texto que os sociólogos e professores de sociologia deveriam reservar um tempo para sua leitura. Vale a pena levar esse livro para a sala de aula e comemorar (lembrar coletivamente) o meio milênio dessa obra. Ainda mais por que a tese que a propriedade privada é culpada de todos os males sociais é equivocada, mas é no texto de More que encontraremos uma visão interessante e originária que problematiza as relações econômicas e políticas, em relação à Justiça e Racionalidade.

REFERÊNCIAS

ARNAUT DE TOLEDO, C. & SILVA, R. A concepção de propriedade na *Utopia* de Thomas More. *Acta Scientiarum*, Maringá-PR, v. 22, n. 1, mar. 2000.

MELLO FRANCO, A. O pensamento político na renascença. *Humanidades*, Brasília, v.2, n. 6, mar. 1984.

MORE, T. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PLATÃO. *A república*. 7.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Recebido em: 15 de ago. 2016.

Aceito em: 01 de dez. 2016.